



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1457446 - SP (2019/0054252-3)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
AGRAVANTE : CONSTRUTORA SCALA GUAÇU LTDA
ADVOGADO : GILBERTO ANTÔNIO DE CAMARGO DECOURT E
OUTRO(S) - SP073050
AGRAVADO : FUNDICAO BALANCINS LTDA - EM RECUPERAÇÃO
JUDICIAL
ADVOGADOS : CARLOS ROBERTO DENESZCZUK ANTONIO - SP146360
ANA PAULA NAZARÉTH BABBULIN E OUTRO(S) - SP187306
WELTON LUIZ VELLOSO CALLEFFO - SP157772
GABRIELA ESPOSITO DA SILVA RIBEIRO - SP394840

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. NÃO INDICAÇÃO. SÚMULA 284/STF. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. INADMISSIBILIDADE. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA RECURSAL. MAJORAÇÃO.

1. Ação de cobrança.

2. Ausentes os vícios do art. 1.022 do CPC, rejeitam-se os embargos de declaração.
3. A ausência de expressa indicação de obscuridade, omissão, erro material ou contradição nas razões recursais enseja o não conhecimento do recurso especial.
4. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados, não obstante a interposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.
5. O reexame de fatos e a interpretação de cláusulas contratuais em recurso especial são inadmissíveis.
6. Agravo conhecido. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido, com majoração de honorários.

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por CONSTRUTORA SCALA GUAÇU LTDA, contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado, na alínea "a" do permissivo constitucional.

Ação: de cobrança, ajuizada pela agravante em face de FUNDICAO

BALANCINS LTDA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, devido ao inadimplemento do contrato para realização de serviços terraplanagem celebrado entre as partes, notadamente em relação às duas últimas parcelas previstas em contrato, bem como no que tange aos valores referentes aos serviços que excederam a avença. Pleiteia o recebimento da quantia de R\$ 425.754,28 (quatrocentos e vinte e cinco mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e vinte e oito centavos).

Sentença: julgou parcialmente procedente o pedido, para condenar a agravada ao pagamento da quantia de R\$ 128.000,00 (cento e vinte e oito mil reais).

Acórdão: negou provimento à apelação interposta pela agravante e deu parcial provimento à apelação interposta pela agravada, nos termos da seguinte ementa:

Ação de cobrança. Contrato de empreitada por preço global. Não demonstrado o serviço adicional cobrado pela Autora. A correção monetária deveria incidir desde o inadimplemento das duas parcelas em atraso. Contudo, tal entendimento implicaria reformatio in pejus, razão pela qual deve prevalecer a data fixada na sentença. De fato, a autora sucumbiu em, aproximadamente, 2/3 de sua pretensão inicial, devendo arcar as custas e despesas processuais nesta proporcionalidade. Levando-se em consideração tais patamares, arbitro os honorários advocatícios do patrono da ré, por equidade, em R\$ 3.000,00, já descontado o percentual que seria devido ao patrono da autora. Recurso da autora desprovido e parcialmente provido o da Ré. (e-STJ Fl. 774)

Embargos de Declaração: opostos pela agravante, foram rejeitados.

Recurso especial: alega violação dos arts. 492 e 1.022, III, do CPC/15. Além de negativa de prestação jurisdicional, sustenta que o acórdão recorrido é nulo em razão da ocorrência de erro material, eis que *"em momento nenhum da causa de pedir a autora tece referência ou diz sobre serviço adicional ou quer receber serviço que não contratou"*. (e-STJ Fl. 847)

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

Julgamento: aplicação do CPC/15.

- Da violação do art. 1.022 do CPC/2015

A ausência de expressa indicação de obscuridade, omissão, erro material ou contradição nas razões recursais enseja o não conhecimento do recurso especial. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 284/STF.

Ademais, é firme a jurisprudência do STJ no sentido de que não há ofensa ao art. 1.022 do CPC/15 quando o Tribunal de origem, aplicando o direito que entende cabível à hipótese soluciona integralmente a controvérsia submetida à sua apreciação, ainda que de forma diversa daquela pretendida pela parte.

A propósito, confira-se: AgInt nos EDcl no AREsp 1.094.857/SC, 3ª Turma, DJe de 02/02/2018 e AgInt no AREsp 1.089.677/AM, 4ª Turma, DJe de 16/02/2018.

No particular, verifica-se que o acórdão recorrido decidiu, fundamentada e expressamente acerca da ausência de alteração do que fora contratado, de maneira que os embargos de declaração opostos pela parte agravante, de fato, não comportavam acolhimento.

Assim, observado o entendimento dominante desta Corte acerca do tema, não há que se falar em violação do art. 1.022 do CPC/15, incidindo, quanto ao ponto a Súmula 568/STJ.

- Da ausência de prequestionamento

O acórdão recorrido não decidiu acerca do art. 492 do CPC/15, indicado como violado, apesar da oposição de embargos de declaração. Por isso, o julgamento do recurso especial é inadmissível. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 211/STJ.

- Do reexame de fatos e da interpretação de cláusulas contratuais

Alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere à ausência de alteração do contrato celebrado entre as partes, bem como em relação à inocorrência de erro material no acórdão recorrido, exige o reexame de fatos e provas, bem como a interpretação de cláusulas contratuais, o que é vedado em recurso especial pelas Súmulas 5 e 7, ambas do STJ.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, III e IV, “a”, do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ, CONHEÇO PARCIALMENTE do

recurso especial e, nessa extensão, NEGO-LHE PROVIMENTO.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, condeno a parte agravante, a título de honorários recursais, ao pagamento de mais R\$ 300,00 (trezentos reais) em favor do procurador da parte agravada.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de março de 2020.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora